

INCLUSÃO DIGITAL E EXCLUSÃO SOCIAL: A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA NUM MUNDO CONECTADO¹

Vevila Rezende Costa²

Resumo

À medida que as novas tecnologias da informação e comunicação passam a fazer parte da vida cotidiana da sociedade, a ciência geográfica se percebe responsável por analisar também o ciberespaço do ponto de vista da Geografia. A internet tem um papel fundamental nesta análise, por ser a face mais popular do ciberespaço, e por possuir clara influência sobre a sociedade e suas dinâmicas, através da sua fluidez e de sua nova noção de fronteiras. O presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão crítica sobre as novas tecnologias da comunicação (notadamente a internet) e seu papel na criação de novas dinâmicas sócio-espaciais, pelo viés da inclusão digital e da exclusão social, a partir da revisão teórica de termos e conceitos geográficos.

Palavras-chaves: Espaço; ciberespaço; Internet; território; poder; inclusão digital

Introdução

Desde muito antes do início da *web*, as tecnologias da informação têm evoluído, aproximando indivíduos e instituições, favorecendo uma compressão do tempo e do espaço, tornando corriqueiras atividades antes dificultadas pelas barreiras espaço-temporais. A rede Internet nasceu trazendo o anúncio de uma nova era, a Era da Informação, e nela hoje

¹ Artigo enviado para apresentação no XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, San Jose – Costa Rica (março/2011)

² Geógrafa de Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEA-IH-UnB). Aluna de Mestrado. Universidade de Brasília – Brasil. vevila.rezende@gmail.com

experimentamos também uma nova espacialidade. Sem sequer sairmos do espaço, adentramos o ciberespaço³.

Principal manifestação do ciberespaço, a Internet teve sua evolução marcada por grandes avanços e é, hoje, presença em praticamente todas as partes do mundo. Pode-se afirmar, com segurança, que

A Internet, hoje, talvez represente o espaço simbólico de maior convivência desses incluídos (da tecnologia), dos que podem usufruir do supérfluo, dos que têm ao seu lado os resultados da tecnologia. E, ao que parece, as relações com o outro nesse meio não parecem muito diferir da que se manifesta em relação aos excluídos da vida real. (NOVO *apud* PORTO, 1999, pag. 24)

A Era da Informação trouxe consigo um sopro otimista, em que previa-se o advento de uma também nova sociedade, na qual os limites, agora dissolutos, permitissem trocas permanentes entre comunidades, através de redes⁴, funcionando as novas tecnologias como uma epiderme, uma membrana permeável entre os indivíduos, entre as comunidades, entre o atual e o virtual⁵. Enfim, o mundo ficou pequeno.

No entanto, o que se vê fora da rede é um novo abismo separando os indivíduos e comunidades, não mais entre centro e periferia, simplesmente, mas entre conectados e desconectados. Em tese, a transposição deste abismo se encontraria numa política eficaz de ampliação do acesso às novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Às vésperas da entrada do novo milênio, no ano 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou uma declaração intitulada “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, em que enumerava oito metas a serem atingidas pelos 191 Estados-Membros das Nações Unidas até o ano de 2015⁶. A 2ª Cúpula da UIT, ocorrida em 2005, apontou como grande desafio o uso das novas tecnologias da informação como meios de alcance e cumprimento

³ Conjunto de diversas redes comunicacionais informatizadas, expressa uma “organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funciona por meio de fluxos (CASTELLS, 1999); via expressa de informação através da conexão de computadores em rede e realidade virtual, ao mesmo tempo; “Uma dimensão da sociedade em rede, onde os fluxos definem novas formas de relações sociais.” (SILVA, 2006)

⁴ Formas descontínuas de território, formadas por pontos interligados, pontos entendidos eles mesmos como pequenos territórios que, uma vez ligados, formam uma rede territorial que acaba se tornando, enfim, um único território. “Os fluxos de todo o tipo pressupõem a existência de redes” (DIAS, 2006)

⁵ LÉVY, 1996

⁶ PNUD, 2003

das metas do milênio, propondo diversas ações no sentido de promover e ampliar o acesso de toda a sociedade a essas tecnologias.

Em reverberação a este resultado, o Brasil, através do Ministério das Comunicações, apresenta em 2009 seu Plano Nacional para Banda Larga, com o objetivo de massificar a oferta de acessos de conexão em banda larga até o ano de 2014, tendo como objetivos claros a melhoria e expansão da infraestrutura de redes telemáticas no Brasil, visando à inclusão digital de toda a sociedade brasileira.⁷ As instituições governamentais no Brasil têm focado seus estudos e análises em formas mais eficazes de ampliar o acesso da população às novas TICs.

Ao analisar os efeitos do que Milton Santos denomina “globalização perversa”⁸ e olhando para além das estatísticas de conectividade, percebemos uma permanente separação e um permanente esforço individual e coletivo em tornar efetivos os potenciais do acesso às TICs. Apesar de seu lado perverso, fazer parte do processo de globalização ainda é considerado passo fundamental para que um indivíduo ou uma comunidade sejam tidos como *incluídos*.

Estas questões trazem em seu cerne a inclusão digital, fenômeno que se encontra na ordem do dia. Com estas questões em mente, e pressupondo-se que aquilo que se chama de inclusão digital é uma leitura superficial do problema, objetiva-se uma reflexão sobre o problema da inclusão digital à luz dos conceitos iniciais de território e territorialidade, básicos para a criação de um alicerce onde se sustente a pesquisa vindoura. Compreender o que é inclusão digital e seu diálogo com a noção de exclusão social são os passos seguintes da reflexão.

⁷ BRASIL, Ministério das Comunicações, 2010

⁸ SANTOS, 2001

1. Revisão Teórica

Para empreender uma análise fundamentada do fenômeno estudado, é necessário lançar mão das bases teóricas que perpassam e constroem a questão de pesquisa. Os conceitos pensados aqui foram eleitos a partir da questão e dos objetivos da pesquisa, e aparecem como caminhos naturais para se chegar aos resultados da reflexão.

1.1. Território

O território, recorte fundamental para o desenvolvimento do tema proposto, é entendido como a primeira concretude do lugar, ou seja, a primeira delimitação de uma determinada área ou região. É espaço apropriado afetiva ou efetivamente (ROSENDAHL, 1996). Todas as relações sociais, nesse movimento cíclico de produção do espaço, acontecem no território, seja ele apropriado à natureza ou a outros grupos humanos, por meio do poder. Território, para ser assim compreendido, exige ligação afetiva, emocional e/ou funcional, em algum nível. Apenas pelo exercício do poder e pela afetividade é possível delimitar-se territórios, essa característica faz do território, a escala geográfica mais humana, na medida em que é produzido e mantido, e assim compreendido, apenas por indivíduos e/ou grupos humanos.

Em Geografia, acima de tudo, o território é espaço político; melhor ainda, é “significado político do espaço” (SOUZA, 1995). Por definição, é o espaço concreto em si, apropriado através do exercício do poder, por uma relação de domínio e influência. Como conceito, território é uma expressão utilizada em muitas outras disciplinas, ciências e áreas de concentração, com diversas intenções e significados; porém, a idéia do domínio e da gestão de um determinado espaço (ou parcela de espaço) permanece como balisa fundamental à significação de território (ANDRADE, 1994). O território é instrumento e produto de exercício de poder.

Fundamentalmente, o território é construído de e por relações sociais, em especial, relações de poder. SOUZA (1995) o compreende como “relações sociais projetadas no

espaço”, onde o espaço concreto preexistente (p.ex. o natural) não é senão *substrato material* a essas delimitações e construções territoriais. Em suma, o território é a soma do espaço com o poder. É possível dizer que

Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN (SOUZA, 1996).

Características importantes do território dizem respeito à sua forma, suas fronteiras e suas limitações. Já que o território necessita relações de afetividade (ou, no mínimo, de funcionalidade), é patente que ele se delimite de forma contínua, num espaço com fronteiras nítidas, mesmo que estas não sejam fixas.

Quando definido, o território exige construções de redes relacionais, para que, num sistema de inclusões e exclusões, se fortaleça como tal e não perca o seu caráter de espaço delimitado – para essa tarefa, alguma espécie de liderança deve existir. Essas redes relacionais podem não terminar em resultados visíveis (por serem, essencialmente, decisões – e não necessariamente se materializarem), porém são imprescindíveis, por intervirem diretamente nos futuros movimentos, estratégias e tessituras no interior das redes. Assim, para ser território é preciso mais que intenção: é necessário que haja um espaço produzido, trabalhado, e conquistado pelo uso do poder, com ou sem coerção. O espaço se torna território quando *apossado* (individualizado) numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993). O território é gerado pelo poder e, de sua parte, também gera poder.

Concordando com o raciocínio de Souza (1995), para quem “territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (...) à internacional (...)”, compreende-se que o território é rico de mobilidades, atendendo a necessidades próprias do ser humano que, dessa forma, se identifica com os territórios de que faz parte. Nessa reflexão, da qual o elemento humano é peça fundamental, o território é espaço apropriado numa teia de relações de poder, e gera raízes e identificação, identidade. Dessa feita, da mesma forma que não existe território sem grupos humanos, esses não existem sem aquele, já que o território é gerador de identidade sociocultural.

1.2. Territorialidade

Quando se fala em territorialidade, remete-se não só a práticas, mas a sentimentos. A territorialidade reflete as muitas dimensões do território *que se vive*; vive-se o território como um processo e um produto, “por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993) – relações essas que não se desvinculam do poder, já que todo o movimento de produção territorial é pautado em relações humanas de criação e modificação das relações homem-natureza.

As primeiras noções de territorialidade são emprestadas dos estudos de territorialidade animal. Howard define territorialidade como um conjunto de condutas adotadas por um certo organismo, para a defesa de seu espaço contra invasões de membros de outras espécies, bem como de sua própria espécie (*apud* RAFFESTIN, 1993). Dessa concepção, pode-se adaptar a noção de territorialidade à realidade humana quando se compreende a mesma como o uso de elementos exclusivamente humanos como a linguagem, os símbolos, a religião, as fronteiras e a afetividade no controle do espaço delimitado e territorializado. Essas práticas de controle são desenvolvidas por grupos ou instituições, e acabam não só determinando controle sobre os espaços, como também sobre as pessoas e suas relações (ROSENDAHL, 1996). É possível também que, pela territorialidade, cada um daqueles elementos crie seus próprios territórios (um território lingüístico, simbólico, religioso, político e/ou afetivo).

Em outras concepções, a territorialidade está ligada à organização do território em esferas de influência, o que pode determinar diferenças entre territórios – diferenças, estas, definidas pelos próprios atores humanos apropriadores desse espaço. Essa concepção nos remete a um movimento importante na construção de territórios e na infusão de sentimentos de territorialidade: a inclusão e a exclusão. Quando se delimita um território, a relação não é estanque entre o homem e o espaço; antes, “a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros” (RAFFESTIN, 1993). A criação de um território propicia a criação de redes, convergências, grupos; por isso mesmo, gera desigualdades, separações, segregações. A territorialidade é o território vivo e vivenciado; é o poder exercido no espaço.

Interessante forma de compreensão da territorialidade é o sentimento. O sentimento de *pertencer àquilo que me pertence* resume bem essa compreensão. A territorialidade é interação entre homem e espaço⁹, e quando justaposta ao conceito de território, permeado de poder, é mais do que isso: é relação entre homens, mediatizada pelo espaço. Citando Manuel Correia de Andrade,

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas (1994).

A territorialidade é um sentimento de pertencimento e participação, e é muito utilizada, juntamente com o território, como forma de conscientização da sociedade acerca de sua integração àquele espaço. Seu oposto, a desterritorialidade, também pode ser entendida como sentimento, porém, sentimento de não-participação, de exclusão. É o sentimento de todos os que são expulsos de um determinado espaço, quando de sua apropriação por outro grupo, com o uso da força e da coerção.

1.3. Exclusão Social

Pedro Demo, em seu ensaio “Marginalização Digital: Digital Divide” (2007), afirma que, “dialeticamente falando, estar excluído é modo de ser parte do sistema, na margem”.¹⁰ Partindo desta idéia, é preciso conhecer o que se vê no espelho da inclusão. Segundo Haesbaert (2004), a exclusão social é a face extrema da desigualdade social, que ele conceitua como desterritorialização extrema, que causa, ao mesmo tempo: indistinção e massificação entre indivíduos; perda de identidade e mobilidade por parte dos mesmos; exploração, desintegração, instabilidade econômica, política e social dos aglomerados de exclusão, dificuldade de criação e manutenção de uma identidade e cidadania pessoal dos indivíduos.

A exclusão social, embora seja conhecida historicamente desde o princípio da civilização e tenha como mote as mais diversas relações sociais, econômicas e culturais, é

⁹ Esta relação não deve ser confundida com *topofilia*, conceito elucidado por Yi-Fu Tuan.

¹⁰ DEMO, 2007 (pg. 6)

compreendida hoje como um dos frutos perversos do modo de produção capitalista. Ao cruzar o limiar da globalização, a humanidade conhece o aprofundamento das desigualdades, potencializado pelo uso massivo das novas tecnologias de comunicação.

Olhando através do prisma da inclusão digital, é possível perceber que este é um processo que possui em si mesmo o germe da exclusão social, uma vez que, sendo inclusão, pressupõe a existência de uma massa excluída. Neste sentido, Demo argumenta que o conceito de marginalização, no caso do *digital divide*, é mais correto, pois evita a dicotomização trazida com o termo *exclusão*, que “tende a ser estanque: ou fora, ou dentro” (Demo apud Demo, 2007). Este argumento se justifica quando se lembra que “mesmo no contexto capitalista, muito excludente, as pessoas conseguem acesso ao mundo digital, ainda que de forma marginalizada”.¹¹ No contexto da Internet, uma vez que se entende existirem diferentes graus de conectividade, é possível ver ilustrado no pensamento de Demo o fato de que “a exclusão que nesta dinâmica ocorre não é estanque, mas gradativa e relativa, tratando-se, pois, de marginalização” (2007).

Ao cabo, fazendo uma reflexão mais sofisticada, nota-se que a exclusão social carece de uma definição precisa;

como outros ele é originalmente utilizado para superar as deficiências de conceitos correntes e seu mérito maior é agrupar os descontentes, dessa forma não apenas estabelecendo uma comunidade de interesse, mas, geralmente, referendando uma nova problemática de investigação”. (REIS e SCHWARTZMAN, 2005).

Intimamente ligada ao conceito de desigualdade, a noção de exclusão social alude, necessariamente, ao conceito de cidadania, já que “se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais” (REIS e SCHWARTZMAN, 2005). Diante da realidade aqui analisada, e com base na idéia vigente do acesso às TICs como passo fundamental para a inserção de uma comunidade, pode-se inferir que a chamada *inclusão digital* seja um critério contemporâneo para o exercício da cidadania, de onde se conclui que estar alijado do acesso digital significa estar alijado da própria cidadania, excluído, marginalizado; “a marginalização digital pode tornar-se a

¹¹ IDEM, IBIDEM

marginalização das marginalizações, à medida que tecnologias digitais dominem a produtividade, o mercado e a sociedade” (DEMO, 2005).

No intuito de promover a superação de males suscitados e potencializados pela cisão digital, são criados diversos mecanismos e engenhados planos de ação e políticas públicas diversas.

1.4. Inclusão Digital

O fenômeno da inclusão digital, centro desta reflexão, pode ser entendido como o ato ou efeito da promoção de práticas específicas para o incremento do acesso às novas TICs. Pensado como prática, seria

a defesa dos direitos à universalização do acesso à Internet para inserção no ciberespaço, através da promoção de políticas públicas favoráveis à redução de custos para aquisição de equipamentos (hardware) (...) e expansão do acesso público. (PIRES, 2005)

Avançando ainda nesta compreensão, pode-se inferir que a inclusão digital seja um “conjunto de práticas e ações que permitam a difusão das novas TICs [Tecnologias da Informação e Comunicação]¹², baseado em condições, objetivos e projetos sociais, exigindo respostas e estratégias mais adequadas a cada contexto” (ABAGLI, 2006). O próprio Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), do Ministério das Comunicações do Brasil, traz em suas justificativas a necessidade de uma expansão da base técnica (no caso, especificamente a banda larga) para a efetivação do potencial de participação da sociedade brasileira na sociedade da informação, refletindo o empreendimento de políticas públicas para incremento do acesso às TICs em diversas outras nações do globo¹³.

Entretanto, é preciso compreender que a inclusão digital, como prática, começou a ser pensada de encontro a um fenômeno complexo e dinâmico conhecido como “cisão digital” (*digital divide*). Mark Warschauer (2002), com base em exemplos reais, reflete sobre esta questão:

¹² Adendo nosso.

¹³ BRASIL, Ministério das Comunicações (2010)

(...) meaningful access to ICT¹⁴ encompasses far more than merely providing computers and Internet connections. Rather, access to ICT is embedded in a complex array of factors encompassing physical, digital, human, and social resources and relationships. Content and language, literacy and education, and community and institutional structures must all be taken into account if meaningful access to the new technologies is to be provided.

Neste sentido, Warschauer apresenta uma compreensão de cisão digital, não mais como uma ampla matriz de fatores e recursos, marcada pelo acesso físico ao computador, bem como pelo acesso a recursos adicionais que permitam às pessoas um bom uso das tecnologias¹⁵. Sua reflexão aponta para dois problemas básicos nesta simplificação da cisão digital – primeiro, de que é difícil inculcar na população a noção original (mais ampla) de cisão digital e, em contrapartida, do que é realmente necessário para uma inclusão efetiva; segundo, de que comumente se divide de maneira binária os graus de acesso que uma pessoa pode ter às TICs (*online/offline*), quando na realidade são possíveis inúmeros graus de conectividade. Estes dois problemas demonstram a imprecisão desta forma simplista de enxergar a cisão digital, e apontam os possíveis caminhos para uma inclusão digital verdadeira, mais complexa em seu entendimento do que aponta a visão anterior.

Esta nova compreensão amplia os horizontes da inclusão digital, já que não permite reduzir uma população a “excluída digital” com base apenas em estatísticas de acesso e uso das TICs. Percebe-se que, apesar dos repetidos esforços de implementação de programas e ações que visem “massificar (...) a oferta de acessos banda larga e promover o crescimento da capacidade da infraestrutura de telecomunicações”¹⁶, a ampliação da estrutura de difusão das TICs não é, isoladamente, condição suficiente para promover a verdadeira democratização das mesmas. Neste sentido, Abagli (2006) afirma que “abriram-se novas possibilidades de inclusão social, mas também se estabeleceram condições para o agravamento das desigualdades sociais e territoriais”, que se encontram nitidamente no bojo do processo de cisão digital – já que cisão digital é uma forma de exclusão – e estão subentendidas no próprio conceito de inclusão digital.

¹⁴ Correspondente inglesa para TICs.

¹⁵ WARSCHAUER, 2002 (pgs. 6, 7).

¹⁶ Brasil, Ministério das Comunicações (pgs. 6, 7)

2. Notas Finais

Partindo do pressuposto de que as novas TICs possuem um papel fundamental na constituição de novas dinâmicas de inclusão e exclusão no seio da sociedade, a presente reflexão teve como objetivo traçar as linhas de uma possível compreensão das relações centro-periferia no contemporâneo mundo conectado. Para isso, empreendeu-se uma revisão teórica que ajudasse a alinhar as idéias, como um primeiro esforço de compreensão das dinâmicas sócio-espaciais engendradas pelas novas tecnologias.

A contribuição das novas TICs para a construção de uma nova sociedade, a sociedade em rede, se mostra cada dia mais efetiva, à medida que a técnica avança para dentro das comunidades mais distintas, proporcionando comunicação, execução de tarefas, consumo e novas formas de interação social. Neste sentido, percebeu-se a importância de uma análise mais profunda sobre as práticas específicas que têm como objetivo maximizar o alcance das TICs na sociedade brasileira. Somando-se à análise crítica do processo de inclusão digital a compreensão dos outros conceitos estruturadores, foi possível chegar à clareza de que uma gestão eficiente das redes telemáticas passa fundamentalmente pelo componente social, exigindo o desenvolvimento da autonomia nas comunidades.

A questão da inclusão digital, principal problema desta pesquisa, se mostrou algo tão complexo e controverso quanto esperado. Ao longo deste exercício reflexivo, foi possível estabelecer um fio condutor que, ao agregar conceitos complementares, permitiu uma reflexão mais ampla, à luz de idéias sofisticadas, que favoreceram uma compreensão complexa e despida de preconceitos, tanto do fenômeno quanto do contexto em que se insere.

A inclusão digital e a exclusão social dialogam entre si quando se pensa antes em sua face perversa, a cisão digital, e se vê claramente a criação de uma nova dinâmica de exclusão na sociedade; em contraponto, é possível compreender a inclusão digital como um processo que possui potencialidades importantes para o combate a essas novas formas de exclusão.

O diálogo destas questões com os conceitos geográficos de território e territorialidade trazem à tona a necessidade de uma reflexão que tenha como alinhavo as relações espaciais, de poder e de intencionalidade. Trata-se de uma análise crítica, que exige posicionamento claro e aproximação aos problemas da inclusão digital e da exclusão social. Esta reflexão traz à luz a necessidade de se elaborar políticas públicas e práticas de inclusão digital tendo como fundamento o substrato territorial – que se pense geograficamente essas questões, a fim de que seja possível que se utilize as novas tecnologias da informação como agentes de empoderamento e de melhora de vida para muitas comunidades neste mundo conectado.

3. Referências Bibliográficas

ABAGLI, Sarita (2006). *Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. Inclusão Social*, Brasília, v. 01, nº 02. Disponível em <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/27/46>

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder local. In: SANTOS, Milton *et al.* (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994

BOISIER, Sergio (2004). *Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y em las manos de la gente. Revista Eure*, Santiago Del Chile, vol XXX, nº 90.

BRASIL, Ministério das Comunicações (2010). **Plano Nacional para Banda Larga**. Disponível em <http://www.mc.gov.br/plano-nacional-para-banda-larga> (acesso em dezembro/2010)

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET. www.cgi.org.br (acesso em janeiro/2011)

DEMO, Pedro (2005). *Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social. Inclusão Social*, Brasília, v. 01, nº 1. Disponível em <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/4/0>

DEMO, Pedro (2007). *Marginalização Digital: Digital Divide*. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 33, n.2.. Disponível em <http://www.senac.com.br/BTS/332/artigo-1.pdf> (acesso em janeiro/2011)

DIAS, Leila Christina. *Redes: emergência e organização*. In CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004.

LÉVY, Pierre. **O Que é o Virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

PIRES, Hindemburgo Francisco. **A Geografia da Internet e do Ciberespaço na América Latina**. In ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. X, 2005, São Paulo. Disponível em <http://cibergeo.org/artigos/GEOGRAFIADAINTERNET.pdf> (acesso em janeiro/2011)

PORTO, Sérgio Dayrell. **Sexo, afeto e era tecnológica: um estudo de chats na Internet**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano – 2003**. www.undp.org/hdr2003 (acesso em dezembro/2010)

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Elisa Pereira; SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza e Exclusão Social: aspectos sociopolíticos*. in MARIÓ, Estanislao Gacitúa e WOOLCOCK, Michael (org.). **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. Brasília, IPEA - Banco Mundial, 2005. Disponível em https://www1.esec.pt/curso/ase/wp-content/uploads/2010/04/pobreza_e_exclusao_social_-_aspectos_sociopoliticos_-_elisa_reis_et_al.pdf (acesso em janeiro/2011)

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREIA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SILVA, Michéle Tancman Cândido. **A (Ciber) Geografia das Cidades Digitais**. Niterói: UFF – Dissertação de Mestrado, 2002.

WARSCHAUER, Mark (2002). *Reconceptualizing the Digital Divide*. **First Monday**, Chicago, Vol. 07, Nº 07. Disponível em <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/967/888>

YOUNG, Ricardo (2010). “A inclusão digital e as metas do milênio”. In: **Ciência da Informação**, vol. 3, nº 2. Disponível em <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/34/55> (acesso em dezembro/2010)